

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES ([www.sicoobes.com.br](http://www.sicoobes.com.br)).

**1. Política Operacional**

Em 2021, o Sicoob Central ES completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, conseqüentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiadas.

Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvidos e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no ES e demais Estados com atuação.

Em atendimento à Resolução BCB nº 54 de 16/12/2020, informamos que o Relatório de Pilar 3 está disponível no seguinte endereço: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobes/relatorios>.

**1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)**

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

No final do ano 2021 a variante Ômicron impulsionou uma onda de casos na Europa e nos EUA refletindo um aumento nas contaminações em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, onde a variante é dominante no início de 2022. Apesar do avanço das contaminações, já existem indícios que em breve ocorrerá uma redução dos casos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

**1.1.1 Aplicativo Sicoob**

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos através app e no Whatsapp, a possibilidade de um contato personalizado via chat com nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Além do nosso aplicativo, também disponibilizamos em nosso site [www.sicoob.com.br/sicoob-net](http://www.sicoob.com.br/sicoob-net) a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

**1.1.2 Novas Linhas de Crédito**

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um

bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

**1.1.3 Crescimento**

No exercício de 2021 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 12,5 bilhões, um crescimento de 21,14% comparado com o mesmo período de 2020. Esse aumento também refletiu nos demais números do ano, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 27,56% comparada a 2020 atingindo R\$ 7,8 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 20,74%, alcançando R\$ 8,7 bilhões ao final de 2021.

Com relação ao resultado combinado do ano de 2021, as cooperativas alcançaram a marca de meio bilhão em sobras brutas, o que representa a quantia de R\$ 584 milhões, esse valor resultou no expressivo crescimento de 68,03% comparado ao resultado de 2020. O total remunerado de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 48 milhões, 77,11% superior ao remunerado em 2020.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 246 milhões de Sobras à Disposição das Assembleias o que representa um crescimento de 68,27% quando comparado a 2020, o maior resultado da história das Cooperativas do Sistema Sicoob ES.

**2. Nosso Desempenho**

**2.1) Resultado**

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	12.916	6.937	86,19
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20)	261	(107,66)
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.394	557	330,06
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	(28.900)	(24.181)	19,52
Despesas Tributárias	(262)	(161)	62,73
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	20.404	22.096	(7,66)
Juros ao Capital	(2.071)	(1.116)	85,57
Sobras Bruta	15.185	12.567	20,83

Destaques Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2021:

No exercício de 2021 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 86,19% comparado com mesmo período de 2020.

As receitas com Ato Não Cooperativo tiveram um aumento de 330,06% em relação ao exercício de 2020.

A sobra Bruta também apresentou um crescimento de 20,83% em relação ao mesmo período de 2020.

**2.2) Dados Patrimoniais**

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	
Ativos Totais	4.702.652	4.171.715	12,73
Aplicações Financeiras de Liquidez	2.757.501	2.338.159	17,93
Títulos e Valores Mobiliários	1.574.182	1.506.948	4,46
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	4.097.137	3.675.486	11,47
Patrimônio Líquido	239.422	226.772	5,58
Patrimônio de Referência (PR)	172.355	175.116	(1,58)

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2021:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 4.702.652 mil ao final do exercício de 2021, com crescimento de 12,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

As Aplicações Financeiras obtiveram um aumento de 17,93% considerando o mesmo período de 2020, atingindo no final do exercício de 2021 o montante de R\$ 2.757.501 mil.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 1.574.182 mil, com crescimento de 4,46% em relação a 31 de dezembro de 2020.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 4 bilhões de ativos, o exercício de 2021 com o valor de R\$ 4.097.137 mil, com crescimento de 11,47% se comprado com 2020.

O patrimônio líquido aumento 5,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 239.422 mil ao final do exercício.

**2.3.1) Carteira de crédito por produto**

	Em Milhares R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	Total	Total	Valor Total	% Total
Repasses interfinanceiros – Crédito Rural	136.090	110.102	25.988	23,60
Empréstimos – Rotativo	106.316	106.316	-	-
Total	242.406	216.418	25.988	12,01

**3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES**

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano e Sicoob Credirochas.

Cooperativas Singulares	Em milhares de reais								
	31/12/2021			31/12/2020			Variação %		
	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	642.254	133.624	22.682	576.741	116.619	16.342	11,36	14,58	38,80
Sicoob Sul	2.086.681	452.498	86.636	1.739.059	389.908	64.043	19,99	16,05	35,28
Sicoob Leste Capixaba	3.276.311	684.307	142.335	2.640.351	566.732	85.895	24,09	20,75	65,71
Sicoob Centro Serrano	1.524.988	265.395	56.408	1.313.001	216.582	33.765	16,15	22,54	67,06
Sicoob Norte	1.290.889	272.904	71.508	1.050.575	216.805	24.018	22,87	25,88	197,73
Sicoob Sul	2.420.452	510.185	101.456	2.000.773	426.034	60.835	20,98	19,75	66,77
Sicoob Credi-rochas	1.157.458	164.980	32.292	942.358	137.689	26.680	22,83	19,82	21,03
<b>Total</b>	<b>12.399.033</b>	<b>2.483.893</b>	<b>513.317</b>	<b>10.262.858</b>	<b>2.070.369</b>	<b>311.578</b>	<b>20,81</b>	<b>19,97</b>	<b>64,75</b>

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2021 são:

Houve um aumento de 20,81% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do primeiro semestre o montante de R\$ 12.399.033 mil. Superando a marca de 12 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 19,97% comparado a 2020, atingindo o montante de R\$ 2.483.893 mil.

As Sobras do exercício de 2021 do Sistema Sicoob ES superou a marca de meio bilhão, atingindo um total de R\$ 513.317 mil, um aumento de 64,75% comparado ao mesmo período de 2020.

#### 4. Pessoas

Contávamos com 119 colaboradores no primeiro semestre de 2021. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 13.195 mil.

#### 5. Política de Crédito

O Sicoob Central ES adota o sistema de garantias recíprocas entre as Filiadas, valendo-se do limite de exposição por cliente previsto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/15, nas concessões de crédito e garantias. A política de classificação de crédito de sua carteira está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

#### 6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos dirigentes da Cooperativa Central definirem e assegurarem a execução dos objetivos do Sistema Sicoob ES, contribuindo para a sua continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse sentido, a administração do Sicoob Central ES tem na assembleia geral, que é a reunião de

todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão do Sicoob Central ES está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento da Diretoria, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento da Diretoria, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

#### 7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

#### 8. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

#### 9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa Central e na nossa Administração.

Vitória - ES, 25 de janeiro de 2022.

**Diretoria**

#### BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de Reais)

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4.</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>4.575.340</b>	<b>4.062.741</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	2.757.501	2.338.159
Títulos e Valores Mobiliários	6.	1.574.182	1.506.948
Relações Interfinanceiras		<b>136.090</b>	<b>110.102</b>
Repasses Interfinanceiros	7.	136.090	110.102
Operações de Crédito	8.	106.316	106.316
Outros Ativos Financeiros	9.	1.251	1.216
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(1.018)</b>	<b>(999)</b>
(-) Operações de Crédito	8.	(338)	(423)
(-) Outras	7.	(680)	(576)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>10.</b>	<b>581</b>	<b>195</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>11.</b>	<b>4.069</b>	<b>3.747</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>12.</b>	<b>105.876</b>	<b>88.311</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>13.</b>	<b>24.185</b>	<b>23.195</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13.</b>	<b>1.244</b>	<b>1.157</b>
<b>(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>13.</b>	<b>(7.630)</b>	<b>(6.639)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.702.652</b>	<b>4.171.715</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>DEPÓSITOS</b>		<b>160</b>	<b>1.259</b>
Depósitos à Prazo	14.	160	1.259
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>4.258.254</b>	<b>3.829.305</b>
Relações Interfinanceiras		<b>4.097.137</b>	<b>3.675.486</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	15.	4.097.137	3.675.486
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	161.009	153.816
Outros Passivos Financeiros	17.	108	3
<b>PROVISÕES</b>	<b>18.</b>	<b>1.158</b>	<b>1.143</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>19.</b>	<b>583</b>	<b>478</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>20.</b>	<b>203.075</b>	<b>112.758</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>239.422</b>	<b>226.772</b>
CAPITAL SOCIAL	22.a	193.753	182.724

**BALANÇO PATRIMONIAL** (em milhares de Reais)

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
RESERVAS DE SOBRAS		36.321	35.090
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	22.c	(1.117)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.e	10.465	8.958
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.702.652</b>	<b>4.171.715</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS** (em milhares de Reais)

Descrição	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>145.290</b>	<b>203.807</b>	<b>109.843</b>
Operações de Crédito	24.	6.741	11.588	12.032
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.	82.848	113.281	52.496
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.	55.701	78.938	45.315
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(136.138)</b>	<b>(190.911)</b>	<b>(102.645)</b>
Operações de Captação no Mercado	14.a	(37)	(50)	(64)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a	(3.715)	(6.852)	(8.543)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a	(132.299)	(183.989)	(94.299)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	27.	(87)	(20)	261
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>9.152</b>	<b>12.896</b>	<b>7.198</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.011)</b>	<b>3.698</b>	<b>6.178</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	28.	351	991	342
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29.	(7.115)	(13.195)	(11.148)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30.	(6.097)	(9.750)	(8.578)
Dispêndios e Despesas Tributárias	31.	(125)	(262)	(161)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	32.	5.285	11.442	8.191
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.	10.967	20.427	21.987
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	34.	(4.277)	(5.955)	(4.455)
<b>PROVISÕES</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(4)</b>
Provisões/Reversões para Contingências	35.	-	(1)	(4)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>8.141</b>	<b>16.593</b>	<b>13.372</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>36.</b>	<b>12</b>	<b>(23)</b>	<b>109</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	83
Rendas de Aluguel		12	24	24
Outras Rendas Não Operacionais		-	-	2
(-) Perdas de Capital		-	(47)	-
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>8.153</b>	<b>16.570</b>	<b>13.481</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>20.I</b>	<b>(794)</b>	<b>(1.385)</b>	<b>(914)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>7.359</b>	<b>15.185</b>	<b>12.567</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	<b>22.f</b>	<b>(2.071)</b>	<b>(2.071)</b>	<b>(1.116)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>5.288</b>	<b>13.114</b>	<b>11.451</b>
<b>DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS</b>	<b>22.e</b>	<b>-</b>	<b>(2.649)</b>	<b>(2.493)</b>
FATES		-	(1.418)	(1.439)
Fundo de Reserva		-	(1.231)	(1.054)
<b>SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA</b>		<b>-</b>	<b>10.465</b>	<b>8.958</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE** (em milhares de Reais)

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>7.359</b>	<b>15.185</b>	<b>12.567</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>1.109</b>	<b>(1.117)</b>	<b>-</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		1.109	(1.117)	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		<b>8.468</b>	<b>14.068</b>	<b>12.567</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>143.338</b>	<b>34.036</b>	<b>-</b>	<b>7.780</b>	<b>185.154</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>					
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior				(29)	(29)
Distribuição de sobras para associados	7.751			(7.751)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	30.519				30.519
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>				12.567	12.567
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio				(1.116)	(1.116)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.116				1.116
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					
Fundo de Reserva		1.054		(1.054)	-
FATES - Atos Cooperativos				(527)	(527)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
FATES - Atos Não Cooperativos				(912)	(912)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>182.724</b>	<b>35.090</b>	-	<b>8.958</b>	<b>226.772</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>182.724</b>	<b>35.090</b>	-	<b>8.958</b>	<b>226.772</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>					
Distribuição de sobras para associados	8.958			(8.958)	-
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>				15.185	15.185
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>			(1.117)		(1.117)
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio				(2.071)	(2.071)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.071				2.071
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					-
Fundo de Reserva		1.231		(1.231)	-
FATES - Atos Cooperativos				(616)	(616)
FATES - Atos Não Cooperativos				(802)	(802)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>193.753</b>	<b>36.321</b>	<b>(1.117)</b>	<b>10.465</b>	<b>239.422</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>191.682</b>	<b>35.090</b>	<b>(2.226)</b>	<b>7.826</b>	<b>232.372</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>				7.359	7.359
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>			1.109		1.109
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio				(2.071)	(2.071)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.071				2.071
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					-
Fundo de Reserva		1.231		(1.231)	-
FATES - Atos Cooperativos				(616)	(616)
FATES - Atos Não Cooperativos				(802)	(802)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>193.753</b>	<b>36.321</b>	<b>(1.117)</b>	<b>10.465</b>	<b>239.422</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA** (em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>8.153</b>	<b>16.570</b>	<b>13.481</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(2)	(4.479)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.285)	(11.442)	(8.191)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	87	20	(261)
Provisões/Reversões para Contingências	1	1	4
Depreciações e Amortizações	550	1.089	1.106
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	-	2	-
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>3.506</b>	<b>6.238</b>	<b>1.660</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(814.889)	(640.584)	(737.029)
Títulos e Valores Mobiliários	69.330	(64.473)	164.104
Relações Interfinanceiras	(17.445)	(25.988)	46.286
Operações de Crédito	-	-	(10.635)
Outros Ativos Financeiros	78	(36)	(118)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(205)	(386)	(126)
Outros Ativos	69	(321)	(164)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Prazo	(707)	(1.099)	(2.346)
Relações Interfinanceiras	186.359	421.650	880.227
Obrigações por Empréstimos e Repasses	43.633	7.193	(22.769)
Outros Passivos Financeiros	(102)	105	(494)
Provisões	10	14	9
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	175	105	5
Outros Passivos	68.323	86.860	26.636
FATES - Atos Cooperativos	(616)	(616)	(527)
FATES - Atos Não Cooperativos	(802)	(802)	(912)
Outras Destinações	-	-	(29)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(463.283)</b>	<b>(212.140)</b>	<b>343.778</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos	-	2	4.479
Aquisição de Intangível	(65)	(102)	(26)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(592)	(1.074)	(564)
Aquisição de Investimentos	(7.240)	(7.240)	(4.281)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(7.897)</b>	<b>(8.414)</b>	<b>(392)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	-	-	30.519
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.071	2.071	1.116
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>2.071</b>	<b>2.071</b>	<b>31.635</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA** (em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(469.109)</b>	<b>(218.483)</b>	<b>375.021</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.408.526	1.157.900	782.879
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	939.417	939.417	1.157.900
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(469.109)</b>	<b>(218.483)</b>	<b>375.021</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS** (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES** ("Sicoob Central ES" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em 06 de junho de 1989 componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Central ES tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços. Cabe ainda ao Sicoob Central ES a coordenação das ações das cooperativas integrantes do sistema Sicoob no Espírito Santo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 25 de janeiro de 2022.

**1.1 Classificação de Risco Fitch Rating**

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil/>>.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2022.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

**2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

**a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

**b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

**2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

**2.3 Reapresentação de Informações Comparativas**

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de agosto de 2011), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2020 estão sendo reapresentadas abaixo:

**c) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020 e 2021**

i. Para efeito comparativo dos valores em 31 de dezembro de 2021 referente ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) ocorreram reclassificações sem causar prejuízo no resultado divulgado anteriormente. As rubricas contábeis que tiveram alterações foram: *Participações nos Resultados de Empregados* que constava no grupo de Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações Ajustado na qual foi reclassificada para a rubrica de *Outros Passivos* no grupo das Atividades Operacionais no montante de R\$ 914 mil. Com relação a rubrica *Destinação de Sobra de Capital de Exercício Anterior a Cotas de Capital à Pagar*, apresentada no grupo de Atividades de Financiamentos, essa, também foi reclassificada para a rubrica de *Outras Destinações*, para o mesmo grupo no montante de R\$ 29 mil.

ii. A partir de abril de 2021, em atendimento ao “CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**(a) Apuração das sobras ou perdas**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**(b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pelas Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

**(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**(e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**(f) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

**(g) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**(h) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**(i) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia

da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**(j) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do Banco Cooperativo do Brasil S.A e Sicoob Confederação, que estão avaliados pelo método de custo de aquisição. Em 11 de fevereiro de 2020 foi realizado um acordo de acionistas do Banco Sicoob por meio do qual os investimentos da Central no Banco Sicoob, conforme a Resolução CMN nº 4.817/20, deverão ser avaliados utilizando o método de equivalência patrimonial.

**(k) Imobilizado de uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**(l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

**(m) Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**(n) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**(o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**(p) Outros ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**(q) Outros passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**(r) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**(s) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**(t) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa têm por diretriz.

**(u) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

**(v) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**(w) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**(x) COVID19 nas demonstrações Contábeis**

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

**(y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**(z) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Corresponde a saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	3	3
Banco Bradesco	2	4
<b>Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias</b>	<b>939.412</b>	<b>1.157.893</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.002	223.244
Títulos e Valores Mobiliários	937.410	934.649
<b>Total</b>	<b>939.417</b>	<b>1.157.900</b>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como aqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

**(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:**

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>2.584.236</b>	<b>2.076.547</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias</b>		<b>2.002</b>	<b>223.244</b>
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	257	246
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	3	5
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.742	207.875
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	-	15.118
<b>Aplicações em depósitos interf. de 90 a 360 dias</b>		<b>2.582.234</b>	<b>1.853.303</b>
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	775
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	188	551
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	2.410.130	1.539.221
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	40.187	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	-	52.095
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	-	27.115
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	106% CDI	-	15.064
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	21.033	218.482
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	110.696	-
<b>Não circulante</b>		<b>173.265</b>	<b>261.612</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		<b>173.265</b>	<b>261.612</b>
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	246
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	173.265	135.609
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	-	20.086
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	-	105.671
<b>Total Geral</b>		<b>2.757.501</b>	<b>2.338.159</b>

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

**(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:**

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2021	31/12/2020
<b>Vencimento</b>		
Até 1 mês	1.741	105.136
De 1 a 3 meses	261	118.108
De 3 a 6 meses	10.949	418.190

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2021	31/12/2020
<b>Vencimento</b>		
De 6 a 12 meses	2.571.285	1.435.113
<b>Total circulante</b>	<b>2.584.236</b>	<b>2.076.547</b>
De 1 a 2 anos	138.562	258.540
De 2 a 3 anos	330	3.072
Acima 3 anos	34.373	-
<b>Total não circulante</b>	<b>173.265</b>	<b>261.612</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.757.501</b>	<b>2.338.159</b>

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

**6. Títulos e Valores Mobiliários**

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

**(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:**

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>1.231.583</b>	<b>1.057.829</b>
<b>Títulos e Valores mobiliários até 90 dias</b>		<b>937.410</b>	<b>934.649</b>
<b>Títulos para negociação – carteira própria</b>		<b>831.102</b>	<b>822.178</b>
Fundo de centralização	Pós Fixado	240.610	206.396
Fundo Institucional	Pós Fixado	590.492	615.782
<b>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</b>		<b>100.141</b>	<b>57.617</b>
LFT – Administrado	SELIC	-	27.126
LF – Outros Bancos(b)		100.141	30.491
<b>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</b>		<b>6.167</b>	<b>54.854</b>
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	6.167	54.854
<b>Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias</b>		<b>294.173</b>	<b>123.180</b>
<b>Títulos mantidos até o venc. – carteira própria</b>		<b>280.077</b>	<b>123.180</b>
LFT - Administrado	SELIC	128.607	44.944
LFTM – Administrado	SELIC	3.561	-
LF – Outros Bancos(b)	CDI	147.909	78.236
<b>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</b>		<b>14.096</b>	<b>-</b>
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	14.096	-
<b>Não circulante</b>		<b>342.599</b>	<b>449.119</b>
<b>Títulos para negociação – carteira própria</b>		<b>24.326</b>	<b>19.102</b>
Cotas de Fundo Imobiliário		24.326	19.102
<b>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</b>		<b>318.273</b>	<b>422.659</b>
LFTM – Administrado	SELIC	120.502	118.818
LFT – Administrado	SELIC	135.668	46.553
Debêntures	CDI	30.507	20.125
LF – Outros Bancos(b)	CDI	31.596	237.163
<b>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</b>		<b>-</b>	<b>7.358</b>
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	7.358
<b>Total Geral</b>		<b>1.574.182</b>	<b>1.506.948</b>

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

**(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:**

Vencimento	31/12/2021			31/12/2020		
	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	831.102	-	831.102	822.178	-	822.178
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	100.141	6.167	106.308	57.617	54.854	112.471
De 3 a 6 meses	69.771	-	69.771	51.989	-	51.990
De 6 a 12 meses	210.306	14.096	224.402	71.191	-	71.191
<b>Total circulante</b>	<b>1.211.320</b>	<b>20.263</b>	<b>1.231.583</b>	<b>1.002.975</b>	<b>54.854</b>	<b>1.057.829</b>
Sem vencimento	24.326	-	24.326	19.102	-	19.102
De 1 a 2 anos	56.875	-	56.875	283.042	7.358	290.400
De 2 a 3 anos	120.502	-	120.502	24.209	-	24.209
Acima de 3 anos	140.896	-	140.896	115.408	-	115.408
<b>Total não circulante</b>	<b>342.599</b>	<b>-</b>	<b>342.599</b>	<b>441.761</b>	<b>7.358</b>	<b>449.119</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.553.919</b>	<b>20.263</b>	<b>1.574.182</b>	<b>1.444.736</b>	<b>62.212</b>	<b>1.506.948</b>

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

**7. Relações interfinanceiras**

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

**(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:**

Vencimento	Risco	31/12/2021	Perc.	Provisão 31/12/2021	Valor liq. 31/12/2021	Valor liq. 31/12/2020
Curto Prazo	A	125.001	0,5%	(625)	124.376	98.458
	B	-	1,0%	-	-	5.012
		<b>125.001</b>		<b>(625)</b>	<b>124.376</b>	<b>103.470</b>

Vencimento	Risco	31/12/2021	Perc.	Provisão 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
Longo Prazo	A	11.089	0,5%	(55)	11.034	5.942
	B	-	1,0%	-	-	114
		<b>11.089</b>		<b>(55)</b>	<b>11.034</b>	<b>6.056</b>
<b>Total Geral</b>		<b>136.090</b>		<b>(680)</b>	<b>135.410</b>	<b>109.526</b>

**8. Operações de crédito**

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

**Composição da carteira de crédito por nível de risco:**

Vencimento	Risco	31/12/2021	Percentual	Provisão 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
Curto Prazo	AA	38.681	0,0%	-	38.681	38.681
	A	67.635	0,5%	(338)	67.297	50.477
	B	-	1,0%	-	-	16.735
		<b>106.316</b>		<b>(338)</b>	<b>105.978</b>	<b>105.893</b>

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

**9. Outros Ativos Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

9.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020
<b>Rendas a Receber</b>	<b>39</b>	<b>18</b>
Rendas a Receber Seguro	12	-
Outras Rendas a Receber	27	18

9.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020
<b>Devedores por Depósito e Garantia (a)</b>	<b>1.212</b>	<b>1.198</b>
Pis – Depósito Judicial	169	167
Cofins – Depósito Judicial	835	823
Outros Fiscais	85	85
Outros	123	123
<b>Total Geral</b>	<b>1.251</b>	<b>1.216</b>

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

**10. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos**

Valores referentes Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	508	170
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	69	19
Iss – Impostos sobre Serviços	-	2
Valores a Restituir – PERDCOMP	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>581</b>	<b>195</b>

**11. Outros Ativos**

11.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020
<b>Diversos</b>	<b>2.741</b>	<b>2.415</b>
Antecipação Salariais	104	87
Adiantamentos Diversos	28	48
Pagamentos a Ressarcir	414	129
<b>Devedores Diversos – País</b>	<b>2.195</b>	<b>2.151</b>
Plano de Saúde a Receber	6	9

11.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativas Filiadas (a)	2.189	2.142
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>353</b>	<b>357</b>
Material em Estoque	200	238
Despesa Antecipada	153	119
<b>Total</b>	<b>3.094</b>	<b>2.772</b>

11.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>975</b>	<b>975</b>
<b>Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (b)</b>	<b>2.032</b>	<b>2.032</b>
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	975	975
Imóveis (II)	1.057	1.057
<b>(-) Prov. Dev. Ativos Não Financ Mant. Para Venda – Próprio (c)</b>	<b>(1.057)</b>	<b>(1.057)</b>
(-) Imóveis	(1.057)	(1.057)
<b>Total</b>	<b>975</b>	<b>975</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.069</b>	<b>3.747</b>

(a) Cooperativas Filiadas - são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para as atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens. Até o ano 2020 essas provisões eram registradas na rubrica Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

**12. Investimentos**

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participações Inst Financ Controlada Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (a)	90.568	73.867
Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações empr controlada coop central crédito	2.068	1.204
<b>TOTAL</b>	<b>105.876</b>	<b>88.311</b>

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 2021, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 10.579 mil (No mesmo período em 2020 – R\$ 8.077 mil referente equivalência).

**13. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	76	414	
Terrenos	2.838	2.838	
Edificações	14.289	13.897	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(4.532)	(3.961)	
Instalações	4.274	3.656	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(485)	(320)	
Mobiliários	1.110	1.054	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(779)	(690)	
Máquinas	118	113	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(86)	(79)	
Aparelhos de Refrigeração	34	27	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(16)	(13)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.026	889	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(638)	(628)	
Alarme	12	12	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(5)	(3)	
Armas e Equipamentos	44	45	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(34)	(30)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	121	14	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(10)	(8)	
Equipamentos de Comunicação	101	94	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(65)	(56)	



Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Veículos	142	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(136)	(117)	
<b>Intangível (b)</b>	<b>401</b>	<b>423</b>	
Software e Direito de Uso	1.244	1.157	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(844)	(734)	
<b>Total Imobilizado de Uso</b>	<b>24.185</b>	<b>23.195</b>	
<b>Total Intangível</b>	<b>1.244</b>	<b>1.157</b>	
<b>Total Depreciação/Amortização</b>	<b>(7.630)</b>	<b>(6.639)</b>	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2021 foi de R\$ 1.089 mil (no exercício 2020 – R\$ 1.106 mil).

#### 14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% a 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito a prazo - Circulante	160	1.259
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>1.259</b>

a) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(37)	(50)	(64)
<b>TOTAL</b>	<b>(37)</b>	<b>(50)</b>	<b>(64)</b>

#### 15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2021, um montante de R\$ 4.097.137 e em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 3.675.486.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 31/12/2021 R\$192.219 (31/12/2020 – R\$ 97.811) representadas na demonstração de sobras ou perdas como “Rendas de aplicações Interfinanceiras de Liquidez” e “Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil e Instrumentos Financeiros”.

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(132.299)	(183.989)	(94.299)
<b>TOTAL</b>	<b>(132.299)</b>	<b>(183.989)</b>	<b>(94.299)</b>

#### 16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	31/12/2021	31/12/2020
MAPA	Funcafé	Diversos	149.808	11.027	160.835	152.944
BRASESCO	Repasse	Diversos	174	-	174	872
<b>Total</b>					<b>161.009</b>	<b>153.816</b>

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrito em “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de repasse - funcafé repassado	(3.700)	(6.841)	(8.514)
Despesas de repasse - outros	(5)	(11)	(29)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.715)</b>	<b>(6.852)</b>	<b>(8.543)</b>

#### 17. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	108	3
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>3</b>

#### 18. Provisões

As provisões são as Contingências Judiciais de ações da cooperativa:

Provisão para Contingência	31/12/2021	30/12/2020
Pis (I)	169	167
Cofins (I)	835	823
Cíveis (II)	154	153
<b>Total</b>	<b>1.158</b>	<b>1.143</b>

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

I. O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até dezembro de 2021 pela taxa SELIC.

II. Provisão de passivos de contingência realizadas conforme o relatórios dos Assessores jurídicos.

#### 19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	89	77
Imposto e contribuições s/ salários	484	386
Outros	10	15
<b>Total</b>	<b>583</b>	<b>478</b>

#### Outros Passivos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>5.701</b>	<b>4.540</b>
Provisão para Participações nas Sobras (I)	1.274	915
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	3.952	3.265
Gratificações e Participações a Pagar	475	360
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>31.156</b>	<b>8.230</b>
Despesa de Pessoal	1.017	840
Água/Energia/Gás	15	19
Aluguéis	2	1
Comunicações	7	6
Propaganda e Publicidade	362	443
Promoções e Relações Públicas	1	-
Segurança e Vigilância	1	6
Manutenção e Conservação de Bens	20	64
Plano de Saúde	5	9
Compensado	60	53
Seguros a Recolher	3	2
Outras Despesas Administrativas	55	50
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	29.608	6.737
<b>Credores Diversos – País</b>	<b>166.218</b>	<b>99.988</b>
Pagamentos a Processar	1	106
Fundo SISOL (IV)	3.216	3.352
Fundo FEFS (V)	162.861	96.445
Faturas Sicoobcard	73	66
Outros	67	19
<b>TOTAL</b>	<b>203.075</b>	<b>112.758</b>

I. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.385 mil no exercício de 2021 (R\$794 mil no segundo semestre 2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.

V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

#### 20. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades,

aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

**21. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Sul-Litorâneo	11.231	10.380
Sicoob Sul	35.841	33.996
Sicoob Leste Capixaba	52.075	49.689
Sicoob Centro-Serrano	20.716	19.170
Sicoob Norte	21.673	20.320
Sicoob Sul-Serrano	39.658	37.638
Sicoob Credirochas	12.559	11.531
<b>Total</b>	<b>193.753</b>	<b>182.724</b>

**(b) Reserva legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

**(c) Outros Resultados Abrangentes**

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 1.117), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

**(d) Sobras acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em Abril de 2021, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 8.958 mil.

**(e) Destinações Estatutárias e Legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	13.114	11.451
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(802)	(912)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	12.312	10.539
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal - 10%	(1.231)	(1.054)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(616)	(527)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>10.465</b>	<b>8.958</b>

**(f) Juros sobre o Capital Próprio**

A Cooperativa provisionou e pagou juros sobre o capital próprio, remunerando o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Carta Circular BACEN nº 2.739/1997.

**22. Demonstração do Resultado de atos cooperativos e não cooperativos**

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	241.805	239.410	2.395	142.933	142.377	556
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(204.672)	(204.514)	(158)	(110.776)	(110.710)	(66)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(23.996)	(23.758)	(238)	(20.815)	(20.734)	(81)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>13.137</b>	<b>11.138</b>	<b>1.999</b>	<b>11.342</b>	<b>10.933</b>	<b>409</b>
Receita Não Operacional	24	-	24	109	-	109

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Despesa Não Operacional	(47)	-	(47)	-	-	-
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>(23)</b>	<b>109</b>	<b>-</b>	<b>109</b>
<b>Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo</b>	<b>13.114</b>	<b>11.138</b>	<b>1.976</b>	<b>11.451</b>	<b>10.933</b>	<b>518</b>
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	1.174	(1.174)	-	(394)	394
<b>Resultado do Período</b>	<b>13.114</b>	<b>12.312</b>	<b>802</b>	<b>11.451</b>	<b>10.539</b>	<b>912</b>

**23. Operações de Crédito**

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de empréstimos	3.241	4.583	2.513
Rendas de repasses interfinanceiros	3.500	7.005	9.519
<b>TOTAL</b>	<b>6.741</b>	<b>11.588</b>	<b>12.032</b>

**24. Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
CDI - Não ligadas	20	33	3
CDI - Ligadas	82.848	113.248	52.418
DI rural - Não ligadas	-	-	75
<b>TOTAL</b>	<b>82.868</b>	<b>113.281</b>	<b>52.496</b>

**25. Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros**

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais e títulos de renda variável.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	963	1.384	893
Letras financeiras do tesouro	8.529	10.862	4.787
LFT - Vinculado a Garanta de Repasse	608	969	1.845
LF - Pós Fixada	9.155	13.495	843
LFT Centralização Recurso Municípios	3.727	5.245	3.219
Outros - Rendas Títulos de Renda Fixa	-	-	8.981
Fundos de aplicação financeira	33.061	46.878	19.737
Outros - Rendas Aplicações Fundo Investimento	3.110	3.948	5.510
(-)Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(3.452)	(3.843)	(500)
<b>TOTAL</b>	<b>55.701</b>	<b>78.938</b>	<b>45.315</b>

**26. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	3	422	478
Repasses interfinanceiros (Reversão Provisão)	498	622	713
Operações crédito liquidação duvidosa	-	(338)	(423)
Repasses interfinanceiros	(588)	(726)	(507)
<b>TOTAL</b>	<b>(87)</b>	<b>(20)</b>	<b>261</b>

**27. Ingressos e Receita de Prestação de Serviços**

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	63	338	-
Rendas de Transações Intercredis	-	-	2
Rendas de Comissão	151	275	258
Outras Rendas de Serviços	137	378	82
<b>TOTAL</b>	<b>351</b>	<b>991</b>	<b>342</b>

**28. Dispêndios e Despesas de Pessoal**

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários	(1.276)	(2.502)	(2.330)

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de pessoal - benefícios	(858)	(1.489)	(1.218)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.394)	(2.658)	(2.208)
Despesas de pessoal - proventos	(3.423)	(6.286)	(5.229)
Despesas de remuneração de estagiários	(97)	(169)	(160)
Despesas de pessoal - Outros	(67)	(91)	(3)
<b>Total</b>	<b>(7.115)</b>	<b>(13.195)</b>	<b>(11.148)</b>

**29. Outros Dispendios e Despesas Administrativas**

Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Agua Energia e Gas	(91)	(181)	(172)
Despesas de Aluguéis	(17)	(29)	(27)
Despesas de Comunicações	(54)	(99)	(113)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(72)	(130)	(79)
Despesas de Material	(41)	(60)	(120)
Despesas de Processamento de Dados	(746)	(1.400)	(1.482)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(448)	(550)	(429)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.789)	(4.045)	(2.966)
Despesas de Publicações	-	-	(17)
Despesas de Seguros	(7)	(14)	(14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(351)	(663)	(583)
Despesas de Serviços de Terceiros	(180)	(340)	(452)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(37)	(73)	(78)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(513)	(754)	(645)
Despesas de Transporte	(15)	(19)	(10)
Despesas de Viagem No País	(22)	(23)	(48)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	-	-	(82)
Despesas de Amortização	(66)	(125)	(158)
Despesas de Depreciação	(484)	(964)	(948)
Outras Despesas Administrativas	(164)	(281)	(155)
<b>Total</b>	<b>(6.097)</b>	<b>(9.750)</b>	<b>(8.578)</b>

**30. Dispendios e Despesas Tributárias**

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesa Tributárias	(25)	(42)	(43)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(17)	(50)	(17)
Despesa Contribuição ao Cofins	(42)	(93)	(42)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(41)	(77)	(59)
<b>TOTAL</b>	<b>(125)</b>	<b>(262)</b>	<b>(161)</b>

**31. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas**

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	5.535	11.692	8.953
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(250)	(250)	(762)
<b>TOTAL</b>	<b>5.285</b>	<b>11.442</b>	<b>8.191</b>

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 10.579 mil.

**32. Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	132	483	484
Dividendos	-	2	4.479
Deduções e Abatimentos	2	2	1
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	10.803	19.900	16.984
Juros e correções Monetárias	28	38	-
Outras rendas operacionais	2	2	39
<b>TOTAL</b>	<b>10.967</b>	<b>20.427</b>	<b>21.987</b>

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

**33. Outros Dispendios e Despesas Operacionais**

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Fundos (a)	(4.037)	(5.477)	(2.118)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	(5)
Desc. Conc. - Rep. Interf - Rec Fonte Publica (b)	(191)	(390)	(2.241)
Outras despesas Operacionais	(49)	(88)	(91)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.277)</b>	<b>(5.955)</b>	<b>(4.455)</b>

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

**34. Provisão/Reversão para Passivos Contingentes**

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Reversão de Provisão para Passivos Contingentes	-	-	116
Provisão para Passivos Contingentes	-	(1)	(120)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(4)</b>

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

**35. Outras Receitas e Despesas**

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aluguéis	12	24	24
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	-	83
Outras Rendas Não Operacionais	-	-	2
Perda de Capital	-	(47)	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>12</b>	<b>(23)</b>	<b>109</b>

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

**36. Resultado Não Recorrente**

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

**37. Partes relacionadas**

**(a) Cooperativas filiadas**

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei n.º 5.764/71, artigo 8º e Resolução n.º 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
<b>Banco Sicoob</b>	<b>3.588.349</b>	<b>3.160.340</b>
Conta corrente	3	3
Depósitos Interfinanceiros	2.757.244	2.338.159
Cotas de Fundos de Renda Fixa	831.102	822.178
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>244.595</b>	<b>218.560</b>
Repasses interfinanceiros	136.090	110.102
Operações de crédito	106.316	106.316
Valores a receber	2.189	2.142
<b>Passivo</b>		
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>4.126.905</b>	<b>3.683.482</b>
Depósitos a prazo	160	1.259
Relações interfinanceiras - centralização financeira	4.097.137	3.675.486
Provisão Pagamento Administração Financeira	29.608	6.737

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita</b>		
<b>Banco Sicoob</b>	<b>160.126</b>	<b>97.811</b>
Rendas Aplicações em Depositos interfinanceiros	113.248	52.496
Fundos Aplicações Financeiras	46.878	45.315
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>31.488</b>	<b>29.016</b>
Rendas de empréstimos	4.583	2.513
Rendas de repasses interfinanceiros	7.005	9.519
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	19.900	16.984
<b>Despesa</b>		
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>(184.059)</b>	<b>(94.102)</b>
Operações de Captação no Mercado	(50)	(64)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	(20)	261
Dispendio de Depositos Interooperativos	(183.989)	(94.299)

**(b) Remuneração do pessoal chave da administração**

Pessoal chave da administração inclui os diretores e superintendente. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, são estabelecidos os honorários e benefícios (previdência, vale alimentação e plano de saúde) a serem pagos:

Benefícios Monetários	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	2.343	1.958
Salários/Remuneração	1.046	795
Benefícios	75	123

**39. Gerenciamento de Risco**

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

### 39.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### 39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 39.3 Risco de Mercado e Variação das taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRRB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAJur1, RWAJur2, RWAJur3, RWAJur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

### 39.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

**39.5 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

**39.6 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

**40. Cobertura de seguros – Não auditados**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

**41. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites.

<b>Basileia III</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	172.355	175.116
<b>Patrimônio de Referência - PR (100)</b>	<b>172.355</b>	<b>175.116</b>
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWA-CPAD (700)	1.186.755	1.063.030
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	17.065	59.514
RWA para risco operacional - RWAOPAD (870)	51.430	49.757
<b>Ativos ponderados por risco (RWA) (900)</b>	<b>1.255.250</b>	<b>1.172.302</b>
<b>Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)</b>	<b>100.420</b>	<b>93.784</b>
<b>Valor total da RBAN (890)</b>	<b>3.180</b>	<b>480</b>
<b>Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)</b>	<b>43.650</b>	<b>93.784</b>
<b>Índice da Basileia</b>	<b>13,39%</b>	<b>15%</b>
<b>Margem de Imobilização (960)</b>	<b>66.711</b>	<b>69.065</b>

**42. Benefícios a Empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 31/12/2021 R\$ 142 mil (31/12/2020 – R\$ 123 mil).

**43. Provisão para demandas judiciais**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>Provisão para Cont.</b>	<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>Provisão para Cont.</b>	<b>Depósitos Judiciais</b>
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	1.004	1.004	990	990
Outros Fiscais	-	85	-	85
Outros	154	123	153	123
<b>TOTAL</b>	<b>1.158</b>	<b>1.212</b>	<b>1.143</b>	<b>1.198</b>

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

**Vitória - ES, 25 de janeiro de 2022.**

**Bento Venturim**  
Diretor Presidente  
CPF: 425.679.127-20

**Nailson Dalla Bernardina**  
Diretor Executivo  
CPF: 077.720.547-50

**Wanderson Vieira da Silveira**  
Contador CRC/ES: 016.925/O-0  
CPF: 099.673.817-79

**PARECER DA AUDITORIA**

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central ES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de se-

gurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 25 de janeiro de 2022.

**Júlio César Toledo de Carvalho**  
Contador CRC MG 69.261/O

**Luciano Gomes dos Santos**  
Contador CRC RS 059.628/O

#### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 25 de janeiro de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória, 22 de fevereiro de 2022.

**Luiz Cláudio Borges Fardim**  
Coordenador do  
Conselho Fiscal

**José Américo B. Barreto**  
Secretário do  
Conselho Fiscal

**Josimar Lino Bandeira**  
Conselheiro Fiscal – Efetivo